

**ADISPOR - APESP**  
CONSELHOS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO

COMISSÕES EXTERNAS DE AVALIAÇÃO (CEA)

**COMISSÃO D. EDUCAÇÃO**  
**SUBCOMISSÃO D.3 EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA**

# **RELATÓRIO**

DO

**CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA**  
**DA**  
**ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO**  
**DO**  
**INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL**

JULHO / 2003

## ÍNDICE

|  |    |
|--|----|
| INTRODUÇÃO .....   | 4  |
| Constituição da Subcomissão .....  | 4  |
| Metodologia de trabalho .....  | 4  |
| RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO .....  | 5  |
| VISITA À INSTITUIÇÃO .....   | 6  |
| Objecto da Visita .....  | 6  |
| Objectivo da Visita .....  | 6  |
| Descrição da Visita .....  | 6  |
| a) Sessão de apresentação de cumprimentos .....  | 6  |
| b) Reunião da Subcomissão externa de avaliação .....   | 6  |
| c) Reunião com os dirigentes da instituição visitada .....   | 7  |
| d) Reunião com os autores do relatório de auto-avaliação .....   | 7  |
| e) Visita às instalações .....   | 8  |
| f) Reunião com os estudantes .....   | 8  |
| g) Reunião com os dirigentes da Associação de Estudantes .....   | 8  |
| h) Reunião com os assistentes e equiparados .....  | 9  |
| i) Reunião com os professores e equiparados .....  | 9  |
| j) Reunião com o pessoal não docente .....   | 9  |
| k) Hora aberta .....   | 9  |
| l) Reunião da Subcomissão externa de avaliação .....   | 10 |
| m) Reunião com os dirigentes da instituição visitada e com os autores do<br>relatório de auto-avaliação .....  | 10 |
| CAMPOS DE AVALIAÇÃO .....  | 11 |
| 1. Qualidade do Relatório de Auto-Avaliação .....  | 11 |
| 2. Adequação das instalações e equipamentos .....  | 12 |
| 3. Recursos em matéria de novas tecnologias de informação e comunicação .....  | 13 |
| 4. Composição do corpo docente .....   | 13 |
| 5. Composição do corpo técnico e administrativo .....  | 14 |
| 6. Dinâmica da formação interna (designadamente do corpo docente) .....  | 14 |
| 7. Consciencialização da missão e função institucionais (incluindo os objectivos<br>educacionais do curso) .....   | 15 |
| 8. Metodologia da conceptualização e organização da estrutura curricular do<br>Curso .....   | 20 |
| 9. Prática de investigação associada ao Curso .....  | 22 |
| 10. Realização do Curso (ponderando, entre outros aspectos, os mecanismos da sua<br>coordenação, os métodos de ensino e aprendizagem, o regime de frequência e<br>avaliação, etc) .....  | 22 |
| 11. Qualidade dos indicadores relativos aos ingressos no Curso (designadamente a<br>“respectiva procura”, a “percentagem de ingressos em relação às vagas disponíveis”,<br>os “ingressos em primeira opção” e as “classificações de ingresso”) ..... | 23 |
| 12. Sucesso educativo obtido e mecanismos adoptados para a sua melhoria .....  | 24 |
| 13. Inserção profissional de diplomados (incluindo o apoio institucional prestado e o<br>posterior acompanhamento) .....   | 24 |
| 14. Relações externas e internacionalização .....  | 25 |

|  |    |
|--|----|
| 15. Recursos financeiros envolvidos (incluindo o conhecimento dos indicadores essenciais, a disponibilidade de recursos e a diversidade das fontes de financiamento) ..... | 25 |
| 16. Cultura ambiental de qualidade (incluindo a existência de estruturas formais ou informais de incentivo e melhoria) .....   | 26 |
| SÍNTESE FINAL .....  | 28 |
| 1. Pontos fortes .....   | 28 |
| 2. Pontos satisfatórios .....  | 28 |
| 3. Pontos fracos .....   | 29 |

## INTRODUÇÃO

### Constituição da Subcomissão

A visita de avaliação externa à Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal foi levada a cabo pela respectiva Subcomissão, integrada pelas seguintes individualidades:

- Doutor *José Ribeiro Dias*, Professor Catedrático Jubilado da Universidade do Minho, Presidente da Comissão e desta Subcomissão;
- Doutora *Maria da Conceição Azevedo*, Professora Associada da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vogal;
- Doutora *Maria Emília Nabuco*, Professora Coordenadora da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa, Vogal;

Secretariou a Subcomissão Ana Arqueiro, Licenciada em Educação pela Universidade do Minho.

Indicam-se, em Anexo, alguns traços curriculares particularmente relevantes dos membros da Subcomissão.

### Metodologia de trabalho

A Subcomissão desenvolveu a sua actividade no quadro da respectiva Comissão.

No que respeita à preparação dos trabalhos, os seus membros participaram nas sessões de trabalho convocadas pelo Presidente da Subcomissão. Foram também inicialmente acordados, entre eles, os critérios, normas, procedimentos e pontos a analisar, bem como a metodologia a desenvolver.

Dado o carácter pedagógico do actual processo de avaliação, que visa desencadear e/ou consolidar nas Instituições uma cultura de avaliação, optou-se por uma metodologia aberta e dialogante, em ordem a promover uma colaboração fecunda entre a Subcomissão e a Instituição, sob a direcção do Vice-Presidente da Subcomissão, num clima de objectividade, seriedade, transparência, isenção e cooperação, tendo em vista a melhoria da qualidade do Ensino Superior Português na área da Educação.

Os trabalhos desenvolveram-se em três fases: estudo do *Relatório de Auto-Avaliação*, visita à ESE do Instituto Politécnico de Setúbal e elaboração do presente Relatório.

## RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO

A Subcomissão Externa de Avaliação utilizou, como suporte do seu trabalho, os dois volumes com o seguinte frontispício:

Instituto Politécnico de Setúbal  
Escola Superior de Educação  
*Relatório de Auto-Avaliação do Curso de  
Educação de Infância*  
Volume I  
Volume II - Anexos  
Setúbal, Dezembro de 2002

## VISITA À INSTITUIÇÃO

### Objecto da visita

A visita à *Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal* teve como finalidade a avaliação do *Curso de Licenciatura em Educação de Infância*.

O Curso foi objecto de análise e apreciação nas suas diversas dimensões e, tanto quanto foi possível, apreenderam-se e compreenderam-se as suas finalidades, matriz organizacional, estrutura curricular, recursos humanos, físicos e financeiros, coordenação científica e pedagógica, funcionamento geral e inserção na comunidade.

### Objectivo da visita

O objectivo da visita inscreveu-se no processo global de avaliação das Instituições de Ensino Superior em curso no País, que visa induzir e/ou estimular nelas, a partir da própria auto-avaliação, uma cultura de avaliação permanente da qualidade, em ordem à credibilização, racionalização e desenvolvimento do sistema.

O propósito da equipa de avaliação externa não se revestiu, portanto, de qualquer carácter de inspecção, auditoria ou outro semelhante, mas visou apenas contribuir para que a análise e reflexão internas realizadas pela própria Instituição, no ano transacto, possam atingir os melhores resultados.

### Descrição da visita

A visita à Escola teve lugar nos dias 26 e 27 de Maio de 2003, desenvolveu-se de acordo com o programa e o ritmo de reuniões, previamente estabelecidos, com os diversos corpos da Escola e incidiu sobre os tópicos considerados mais relevantes para o funcionamento do Curso.

A Escola mostrou compreender a intencionalidade da visita e colaborou com a Subcomissão em tudo o que foi considerado necessário e/ou conveniente.

A Subcomissão regista com agrado este bom clima de compreensão e o estimulante ambiente de trabalho que se estabeleceu nos diversos encontros e reuniões.

Segue-se uma breve descrição de cada reunião e do sentido da sua contribuição para o esclarecimento dos tópicos abordados.

#### a) Sessão de apresentação de cumprimentos

Pelas 9:00 horas do dia 26 de Maio, a Subcomissão foi recebida pela Presidente do IPS, Cristina Figueira, e pelas Presidente e Vice-Presidente do Conselho Directivo, respectivamente Albertina Palma e Margarida Graça.

O encontro decorreu com toda a cordialidade.

#### b) Reunião da Subcomissão externa de avaliação

Após a apresentação de cumprimentos, e de acordo com o guião geral da Visita, a Subcomissão reuniu separadamente, a fim de acertar ideias acerca da pertinência e qualidade do *Relatório de Auto-Avaliação*, identificar pontos principais a esclarecer

durante a Visita e rever critérios, normas e procedimentos a adoptar nas reuniões com os diversos protagonistas da Escola.

### **c) Reunião com os dirigentes da instituição visitada**

Pelas 10:00 horas, teve início a reunião com os dirigentes da Instituição, à qual compareceram: a Presidente do IPS, Cristina Figueira; a Presidente e a Vice-Presidente do Conselho Directivo, respectivamente Albertina Palma e Margarida Graça; o Presidente da Assembleia de Representantes, José Vítor Aragão; a Presidente do Conselho Científico, Joana Ducado; o Presidente do Conselho Pedagógico, Carlos Moreira Cruz; e um membro do Conselho Directivo, Ricardo Nunes.

O Vice-Presidente da Subcomissão abriu os trabalhos, começando por definir os objectivos da Visita no contexto do processo de avaliação em curso, acentuando o facto de não se tratar de uma inspecção, auditoria ou exame, mas antes de um processo que visa induzir e/ou consolidar, nas Instituições de Ensino Superior, uma cultura de qualidade e de avaliação permanente, em ordem à credibilização, racionalização e desenvolvimento do sistema, conjugando o momento da auto-avaliação com o da hetero-avaliação ou avaliação externa. Referiu-se ainda à legislação recente (Lei nº 1/2003, de 6 de Janeiro), que coloca todas as Instituições de Ensino Superior em nível de igualdade no que respeita ao processo de avaliação, e aos pontos fundamentais deste processo, consubstanciados nos 16 Campos de Avaliação definidos pelo CNAVES.

Seguidamente foram abordados, na reunião, três tópicos fundamentais.

1. Estrutura organizacional da Escola e suas implicações no funcionamento geral do Curso.
2. Vantagem de existir uma articulação equilibrada entre os diversos órgãos institucionais, em ordem a promover as práticas de coordenação interdisciplinar e a adequá-las às exigências do perfil do profissional a formar.
3. Necessidade de intensificar e promover a qualificação académica do corpo docente da área científica específica do Curso.

### **d) Reunião com os autores do relatório de auto-avaliação**

Compareceu a equipa constituída por: Manuela Matos, Isabel Correia e Anabela Silva, docentes com formação de base na área científica do Curso, sendo a última sua Coordenadora, e pertencentes ao Departamento de Ciências da Educação; Augusto Pinheiro, também do Departamento de Ciências da Educação; Fernando Almeida, do Departamento de Ciências, Multiculturalidade e Desenvolvimento; Fernanda Botelho, do Departamento de Línguas; e António Vasconcelos, do Departamento de Música.

O Vice-Presidente da Subcomissão apresentou as finalidades da Visita e deu início aos trabalhos. Começou por referir-se ao *Relatório de Auto-Avaliação*, afirmando que a Subcomissão formou sobre ele um juízo positivo, na medida em que se trata de um documento estruturado de acordo com o Guião de Auto-Avaliação e que apresenta uma boa descrição sobre as potencialidades e dificuldades da Escola.

Em diálogo aberto e franco foram, seguidamente, abordados alguns pontos precisos, em ordem a ultrapassar insuficiências de informação ou dúvidas de interpretação.

1. Metodologia da conceptualização e organização da estrutura curricular do Curso e condições concretas em que está a decorrer a sua operacionalização.
2. Vantagem de existir uma articulação equilibrada entre os diversos órgãos institucionais, dinamizando estruturas formais de suporte à Coordenação do Curso.
3. Necessidade de intensificar e promover a qualificação académica do corpo docente afecto ao Curso, particularmente no que respeita aos docentes com formação de base na área científica específica do mesmo.

4. Consenso sobre a necessidade de dar visibilidade ao que, na Escola, é feito em termos de investigação, através da estruturação de um Centro de Investigação aglutinador de projectos de pesquisa e estimulador da produção científica.

A Subcomissão solicitou, no decurso da Reunião, alguns dados e/ou documentos omissos, pouco claros ou entretanto desactualizados do *Relatório de Auto-Avaliação*, que se revelavam importantes para a análise de determinados parâmetros sobre os quais recai a avaliação. Assim, foram solicitados dados relativos às especialidades de formação (inicial e contínua) do corpo docente, aos seus graus académicos (versão actualizada) e às suas publicações, indicadores relativos ao sucesso educativo obtido no Curso, o Regulamento ou documento orientador da Prática Pedagógica e ainda os Estatutos da ESE.

#### **e) Visita às instalações**

No início da visita às instalações, foi apresentado, perante a maquete da Escola, um pequeno historial relativo ao edifício, concebido pelo arquitecto Siza Vieira.

Durante o percurso, foram visitados o Sector de Documentação e Informação (S.D.I.), a Oficina Multimédia, a Oficina Pedagógica/Gráfica, o Centro de Audiovisuais e a Galeria Multimédia, um auditório, o ginásio, alguns gabinetes de docentes, a sala de música e uma sala de desenho, algumas salas de aulas (dispondo de equipamentos tais como T.V., vídeo e retroprojector), o Laboratório de Ciências e o Laboratório de Informática, e ainda um dos terraços.

#### **f) Reunião com os estudantes**

Compareceram 44 alunos, do 2º, 3º e 4º anos do Curso.

Após a apresentação dos membros da Subcomissão e dos alunos do Curso, e apontados os objectivos da reunião, verificou-se uma intervenção activa dos alunos sobre os tópicos que seguem.

1. Relação positiva entre os alunos, com os docentes e com os Educadores Cooperantes.
2. Edifício da Escola muito agradável mas que começa a tornar-se pequeno para a quantidade de alunos e as necessidades de funcionamento.
3. Necessidade de um maior investimento em equipamentos áudio e vídeo e no apoio bibliográfico.
4. Vantagem em aumentar a carga horária de certas disciplinas e em ministrar as cadeiras da área da Saúde e de “Competências Linguísticas das Crianças” antes da Prática Pedagógica do 2º ano.
5. Importância dos estágios ao longo do Curso, da preparação que é facultada para o trabalho em creches e de ser contemplada, no currículo, a disciplina “Princípios de Deontologia Profissional”, que constitui uma inovação relativamente a outras ESE`s.
6. Preocupação, por parte da Escola, em seleccionar bons locais de estágio e interesse demonstrado pelos docentes na supervisão da Prática Pedagógica.

#### **g) Reunião com os dirigentes da Associação de Estudantes**

Nesta reunião, esteve presente apenas a Presidente da Associação de Estudantes da ESE, aluna do Curso de Formação de Professores do 1º C.E.B. que, depois de lhe serem explicitados os objectivos do processo de avaliação em curso, abordou os pontos que seguem.

1. Edifício da Escola muito funcional, mas revelando alguns problemas e carências.
2. Impressão geral positiva sobre os docentes, a Escola e o Curso.
3. Inexistência de representantes do Curso de Educação de Infância na A.E. da Escola.



4. Tronco comum de formação para os Cursos de Educação de Infância e Professores do 1º C.E.B., carecendo de alguma especificidade nas disciplinas ministradas aos dois Cursos.
5. Necessidade de apostar na fundamentação da prática do Curso de Educação de Infância, introduzindo no primeiro semestre algumas disciplinas que estão integradas no segundo.
6. Importância de serem disponibilizadas verbas para o apoio aos estágios.

#### **h) Reunião com os assistentes e equiparados**

Compareceram cinco Assistentes.

Feita, pelo Vice-Presidente, a introdução habitual, abordaram-se os tópicos que seguem.

1. Reconhecimento da necessidade de maior investimento na coordenação e/ou articulação das áreas disciplinares.
2. Funcionamento da Prática Pedagógica e da sua supervisão e importância de ser contabilizado no horário o tempo destinado ao acompanhamento dos estágios.
3. Componente de investigação condicionada pela sobrecarga de trabalho em carga horária lectiva e outras actividades.

#### **i) Reunião com os professores e equiparados**

Estiveram presentes na reunião sete Professores.

Feita, pelo Vice-Presidente, a usual apresentação dos objectivos do processo de avaliação, focaram-se os tópicos que seguem.

1. Necessidade de promover a coordenação interdisciplinar do Curso e a adequação dos conteúdos programáticos às exigências do perfil do profissional a formar, a Coordenação do Curso e a revisão da estrutura organizacional da Instituição.
2. Importância de intensificar e promover a qualificação académica do corpo docente da Escola e assegurar as condições de progressão na carreira e de alargamento do Quadro.
3. Reconhecimento da importância da estruturação de um Centro de Investigação que potencie a tradição e experiência da Escola, constitua suporte da docência e do serviço à comunidade, aglutine os projectos existentes e estimule a produção científica.

#### **j) Reunião com o pessoal não docente**

Estando presente uma boa representação de membros do Pessoal Técnico, Administrativo e Auxiliar e feita, pelo Vice-Presidente, a usual introdução, abordou-se um conjunto de questões que pode sintetizar-se como segue.

1. Edifício nobre mas com algumas falhas (ex: condições acústicas), quer pelo aumento de alunos (de 500 previstos para o dobro), quer pelo cada vez mais insuficiente desenvolvimento nos espaços como Secretaria, Serviços Académicos, de Pessoal, de Contabilidade, Biblioteca, etc.
2. Clima relacional de trabalho estimulante mas, pelo desenvolvimento interno (ex. autonomia administrativa e financeira), prejudicado por sobrecarga de tarefas, muitas vezes marcadas pelo stress dos prazos.
3. A ESE tem Quadro Provisório de Pessoal Não Docente mas reduzido, pois, pela regra de 45% do Pessoal Docente, deveriam ser 40 e são apenas 33.
4. Dinâmica de formação de pessoal positiva.

#### **k) Hora aberta**

Compareceu um número muito elevado de docentes, ex-alunos e Educadores Cooperantes.

Feita a introdução habitual, foram focados os temas que seguem.

1. A articulação docentes e Cooperantes na Prática Pedagógica e no Estágio tem-se revelado de bom nível e com benefícios para ambas as partes.
2. A ligação entre a ESE e os seus ex-alunos vem-se desenvolvendo mas a carecer de estrutura mais formalizada.
3. É reconhecida por todos a especificidade da área científica da Educação de Infância e da sua importância crescente na sociedade actual, sobretudo no que respeita à faixa etária dos 0 aos 3 anos.

#### **l) Reunião da Subcomissão externa de avaliação**

Como consta do programa da Visita, a Subcomissão reuniu em privado para preparar a reunião final com os dirigentes da ESES e os autores do *Relatório de Auto-Avaliação*.

Decidiu-se que o conjunto de tópicos a abordar se distribuísse de acordo com a grelha dos Campos de Avaliação definida pelo CNAVES e que vai constituir a estrutura do Relatório da Subcomissão Externa de Avaliação propriamente dito.

#### **m) Reunião com os dirigentes da instituição visitada e com os autores do relatório de auto-avaliação**

A reunião final decorreu com os dirigentes da Escola e os autores do *Relatório de Auto-Avaliação* e destinou-se à apresentação das conclusões preliminares da Subcomissão.

Estiveram presentes os membros da Direcção e os autores do *Relatório de Auto-Avaliação* que tinham comparecido nas duas primeiras reuniões.

O Vice-Presidente da Subcomissão apresentou, conforme acordado na reunião anterior, as conclusões preliminares correspondentes a cada um dos Campos de Avaliação, que a seguir se desenvolvem neste Relatório.

No fim da leitura e no estilo aberto com que orientou a visita, o Vice-Presidente ofereceu a palavra aos Representantes da ESES.

Alguns dos presentes manifestaram, em geral, concordância com as conclusões preliminares apresentadas, outros congratularam-se com o trabalho realizado nestes dias e com esta fase final, na medida em que proporcionou a oportunidade de atingir uma visão global e aprofundada acerca do funcionamento do Curso e da Instituição, e outros ainda agradeceram o trabalho da Subcomissão, o esforço e o cuidado postos na análise e compreensão do *Relatório de Auto-Avaliação* e o clima construtivo em que decorreu a Visita.

Nas palavras finais e em resposta, o Vice-Presidente reiterou a impressão muito positiva da Subcomissão acerca do funcionamento da Instituição e agradeceu o clima agradável de trabalho que nela encontrou. Considerou estes processos de avaliação uma experiência enriquecedora para todos os presentes, na medida em que vêm constituindo o melhor estímulo para que nos empenhemos todos no desenvolvimento de uma cultura de qualidade e na adopção de uma estratégia de avaliação permanente dos nossos Cursos e Instituições.

## CAMPOS DE AVALIAÇÃO

### 1. Qualidade do Relatório de Auto-Avaliação

A Subcomissão procedeu a uma análise detalhada do *Relatório de Auto-Avaliação* e emitiu sobre ele um juízo global positivo.

Com efeito, o *Relatório de Auto-Avaliação*, que se apresenta em dois volumes, o Volume I contendo o Relatório propriamente dito precedido por um índice geral (pp. 1-4), um índice de quadros (pp. 5-6) e um índice de gráficos e gravuras (p. 7), e o Volume II contendo um conjunto de 32 Anexos:

- a) encontra-se organizado de acordo com o Guião distribuído pela ADISPOR/APESP;
- b) traz, na primeira página de cada um dos dois volumes, a lista de nomes da Comissão de Avaliação, nomeada pelo Conselho Directivo e constituída por três professores pertencentes a outros tantos Departamentos “que têm coordenado o processo de avaliação dos Cursos da ESE desde Abril de 2001”, reforçada com cinco “docentes mais ligados e com maior conhecimento do funcionamento e organização destes Cursos” (de Licenciatura em Educação de Infância e de Licenciatura em Ensino Básico–1º Ciclo) (p. 11), mencionando-se ainda o apoio prestado por diversos funcionários administrativos e técnicos (p. 13);
- c) afirma-se como trabalho que, para além de representar a “satisfação das obrigações que decorrem da legislação em vigor”, “seja utilizado para o desenvolvimento de modelos e processos de diagnóstico” da Escola (p. 11), explorando a “experiência decorrente das duas auto-avaliações realizadas” (p. 24) e do facto de a avaliação deste Curso ocorrer “simultaneamente com a avaliação da Licenciatura em Ensino Básico – 1º Ciclo” (p. 11);
- d) propõem-se atingir três objectivos directos: “a recolha, a análise e a interpretação dos dados necessários à auto-avaliação” (p. 11); “a elaboração do relatório de auto-avaliação”; “a produção, para utilização desta escola, de um conjunto de recomendações sobre a realização e gestão da Licenciatura em Educação de Infância”; e ainda um quarto objectivo: “contribuir para instituir metodologias e procedimentos de avaliação sistemática” (pp. 11-12);
- e) divide-se “em três grandes partes” que incidem, respectivamente, sobre as “características do trabalho e metodologias utilizadas”, sobre a “caracterização dos contextos institucionais” (Instituto Politécnico e Escola Superior de Educação de Setúbal) e sobre a “análise, descrição e interpretação dos dados recolhidos, bem como comentários críticos dos mesmos” (p. 12);
- f) abre com a definição da “metodologia e características do trabalho”;
- g) esclarece sobre as dificuldades e “o esforço e a dedicação da equipa directamente responsável pela elaboração deste relatório” (pp. 12-13).

A Subcomissão reconhece este esforço, congratula-se ainda com o facto de o *Relatório de Auto-Avaliação* se encontrar fortemente impregnado de espírito de iniciativa, inovação e criatividade, e faz votos para que, ultrapassando a “dificuldade sentida relativamente à partilha destes princípios com outros docentes do curso” (p. 183), se avance no sentido de “construir uma cultura comum a todos os formadores” (p. 184).

A Subcomissão verifica, no entanto, o facto de o *Relatório de Auto-Avaliação*, acaso por dar tão grande ênfase a estes pontos fundamentais, ter deixado, de algum modo, na

sombra, ou apenas registados nos Anexos sem os desenvolver no texto, alguns outros pontos que fazem parte do Guião da ADISPOR/APESP.

Por outro lado, e tendo em conta a prática que começa a ser adoptada no âmbito da avaliação e no sentido de aprofundar o compromisso dos órgãos institucionais e a participação de todos os membros da Escola neste processo, a Subcomissão aproveita o momento para sugerir que, no futuro, os Relatórios de Auto-Avaliação apresentem o aval expresso dos Conselhos Directivo, Científico e Pedagógico, através da assinatura dos seus Responsáveis, ou de outra forma, e ainda que sejam publicitados na Instituição. A Subcomissão espera ainda que as observações, sugestões e recomendações apresentadas ao longo deste Relatório sejam entendidas como expressões da vontade de contribuir para o fortalecimento deste processo de consciencialização e de acção desencadeado pela “equipa pedagógica” (p. 183) e apresentado no Relatório pela Comissão de Avaliação e, em última análise, para o aprofundamento da cultura de qualidade desta Escola Superior de Educação.

## **2. Adequação das instalações e equipamentos**

O *Relatório de Auto-Avaliação* apresenta uma descrição das instalações e equipamentos da Escola (Vol. II, Anexo 6.6, pp. 35-43) e informa que “os espaços e equipamentos afectos ao curso de licenciatura em Educação de Infância são partilhados por todos os cursos em funcionamento nesta instituição” (p. 143).

O Relatório menciona, entre os pontos fortes da Instituição, “o edifício da escola”, obra do arquitecto Siza Vieira, enquanto “valor patrimonial”, “instrumento pedagógico privilegiado” e “factor de atracção”, “de definição identitária e de divulgação” (p. 78 e pp. 72-73 e ainda pp. 165-166).

Docentes (48,3%) e alunos (73,5%), nas respostas aos questionários e nas diversas reuniões, põem em relevo a “qualidade das instalações, nomeadamente das salas de aula” (p. 143 e Anexos, pp. 488 e 496), bem como “apreciam favoravelmente o arranjo e conforto das instalações” (p. 143). A Subcomissão, durante a Visita, tomou consciência de se encontrar invadida por este sentimento comum a todos os visitantes da Escola.

Por outro lado, o *Relatório de Auto-Avaliação* enumera, entre os “pontos fracos da ESE”, “as limitações de espaço que impedem o pleno desenvolvimento das actividades” (p. 79), a “sobrelotação” ou “sobre-ocupação do edifício [que] implica um desgaste importante das instalações e equipamentos” e “a redução sensível da qualidade das condições de trabalho” (pp. 70-73 e diversas reuniões da visita).

É também considerada, por docentes e alunos, “a inadequação de alguns espaços para o desenvolvimento de disciplinas específicas” (p. 140) e a “ausência de espaços para trabalho de grupo e convívio para os alunos” (pp. 140 e 70).

Quanto aos equipamentos, regista-se que “as respostas de docentes e estudantes parecem ser favoráveis” relativamente a “recursos bibliográficos e sua utilização” (p. 143, Anexos, pp. 488 e 496, verificou-se alguma oscilação sobre este ponto nas Reuniões da Visita) e menos favoráveis no que diz respeito “ao acesso a equipamentos e meios laboratoriais” (p. 143, Anexos, pp. 488 e 496) e disponibilidade de materiais para actividades ligadas à Prática Pedagógica (Reuniões da Visita).

A Subcomissão regista a consciência que a Instituição revela no que diz respeito à situação e aos problemas inerentes a este sector e está certa de que irá procurar e encontrar para eles a solução mais adequada.

### **3. Recursos em matéria de novas tecnologias de informação e comunicação**

A descrição destes recursos aparece também no Vol. II, Anexo 6.6, pp. 35-43. Anota-se também que são comuns a outros Cursos (p. 143).

A sua partilha por docentes e alunos é considerada positiva (p. 143). A opinião de uns e outros é também favorável no que diz respeito ao “acesso à Internet e *software* disponível” (p. 143) e “ao acesso a equipamentos e meios audiovisuais, informáticos e bibliográficos por disciplina” (p. 143, Anexos, pp. 488 e 496).

Ao apresentar o quadro em que se verifica o extraordinário incremento do número de computadores com ligação à Internet, faz-se notar, no entanto, que esta modernização só poderá ter verdadeiro impacto “se se articular com um esforço de formação e de reorganização dos serviços” e se isto acontecer em “resultado de um diagnóstico permanente de necessidades” (pp. 74-75).

A Subcomissão subscreve esta proposta e confia na dinâmica da Escola para conseguir a sua concretização.

### **4. Composição do corpo docente**

A Subcomissão verificou que a ESE dispõe de um corpo docente satisfatoriamente qualificado (p. 57) que, no caso específico do Curso de Educadores de Infância, à data da elaboração do *Relatório de Auto-Avaliação*, incluía 1 doutorado e 29 habilitados com o grau de mestre ou equivalente, 18 licenciados e um bacharel. Estes dados vieram a ser corrigidos durante a Visita, em virtude de, como refere o Relatório, se registar “desde 1997, (...) um crescimento acentuado do número de docentes em formação” (p. 138). Assim, a Subcomissão verificou que, à data da Visita, o corpo docente incluía mais dois doutores.

Quanto à qualificação e adequação dos docentes ao Curso, a Subcomissão regista como muito positiva a inclusão de seis Educadores de Infância, dos quais três mestres e os três restantes em processo de mestrado (dados das pp. 138-139 e pp. 278-281 do Anexo, corrigidos durante a Visita).

A Subcomissão regista como muito significativa a situação de estabilidade do corpo docente, na medida em que 52,4% dos docentes leccionam na Escola há mais de seis anos e, na sua maioria, encontram-se em regime de dedicação exclusiva, havendo apenas cinco que têm como regime de trabalho o tempo parcial (pp. 138-139 e pp. 278-281 do Anexo).

Quanto ao vínculo institucional, a Subcomissão verificou, no que respeita ao Curso de Educadores de Infância, que dezassete docentes pertencem ao Quadro, sendo dois deles Professores Coordenadores e quinze Professores Adjuntos; quanto aos restantes, encontram-se na situação de contratados (15) ou requisitados (13), na categoria de Assistentes ou Equiparados a Professores Adjuntos.

No que se refere ao campo específico da Prática Pedagógica, a Subcomissão questiona se o número de supervisores será suficiente para todas as tarefas envolvidas e secunda o desejo dos docentes envolvidos no sentido de que seja reapreciada, pelos órgãos competentes da Escola, a forma como é contabilizada a componente da Prática Pedagógica deste Curso

A Subcomissão tomou ainda conhecimento da boa relação de colaboração entre o corpo de docentes da Escola e o corpo de Educadores Cooperantes, cuja ficha-síntese e respectivas habilitações é apresentada nas pp. 437-442 do Anexo.

## **5. Composição do corpo técnico e administrativo**

A Subcomissão constatou que o Curso não dispõe de pessoal próprio, estando ao seu serviço aquele que se encontra afecto à ESE, em número total de 30 (dados da p. 62 corrigidos na Visita) e que é discriminado por qualificações académicas (p. 63) e por categoria profissional e sua relação com os serviços da Escola (pp. 15-24 e 27-29 do Anexo).

A Subcomissão verificou, quanto à progressão na carreira, a “identificação de alguns desajustamentos na estrutura da carreira do pessoal não docente, causados por necessidades conjunturais passadas e também por alguma rigidez do seu enquadramento legal, tendo conduzido a medidas sucessivas de correcção de forma a adequar a categoria à função real e esta ao perfil do funcionário.” (p. 62).

No que diz respeito à situação do Quadro Provisório, a Subcomissão constatou a insatisfação natural do corpo não docente. A Subcomissão louva o empenho e a dedicação de todo o corpo do pessoal não docente da ESE e faz-se eco junto das entidades competentes da necessidade de revisão e alargamento do Quadro face, quer à duplicação do número de alunos e criação de novos Cursos, quer ao aumento de tarefas que passaram a ser exigidas pela autonomia administrativa e financeira da Escola.

## **6. Dinâmica da formação interna (designadamente do corpo docente)**

A Subcomissão regista como muito louvável o esforço posto na formação interna, tanto no que diz respeito ao pessoal docente, como não docente e ainda dos Educadores Cooperantes.

Assim, a Subcomissão regista que “a formação avançada dos docentes da ESE correspondeu a uma linha estratégica de desenvolvimento na qual a Escola fez um investimento claro”, promovendo a sua participação em programas de doutoramento e mestrado (p. 63). A ESE entendeu – e bem – ser este um “factor de credibilidade da instituição”, de “estabilização do vínculo profissional”, bem como “condição de desenvolvimento das actividades de investigação e de apoio à formação pela escola” (p. 63).

Assim, no caso específico da equipa supervisora da Prática Pedagógica, as docentes integraram-se em programas de doutoramento (uma) e mestrado (cinco+, das quais vieram a prestar provas para obtenção do grau (1 doutor e 2 mestres) ou se encontram a frequentar o curso de mestrado (1) ou a concluir as respectivas teses (3) (dados da Visita que corrigem os de 2002 das pp. 278-281 do Anexo).

Também quanto ao pessoal técnico e administrativo, a Subcomissão verificou o reduzido número de acções de formação frequentadas nos últimos anos e tomou conhecimento que tal se deve exclusivamente à impossibilidade de os funcionários se ausentarem da Escola, dado o seu reduzido número e sobrecarga de trabalho, e nunca por menor empenho posto na qualificação profissional (dados das pp. 30-32 do Anexo complementados durante a Visita).

Ainda quanto à formação interna, a Subcomissão constata o esforço posto na formação de Educadores Cooperantes dotando-os de formação conducente ao grau de licenciado (CESE’s e Complementos de Formação), assim como acções de actualização, especialização e formação contínua (p. 176). De acordo com informação disponibilizada na Visita, a Subcomissão regista que todos os Educadores Cooperantes recebem formação da Escola ao iniciarem essas funções e, por esta razão, foi implementado um programa de formação com educadores da cidade e da região em ordem a poder

ampliar, nos anos seguintes, o número de salas e Educadores Cooperantes ao serviço da Prática Pedagógica.

Neste âmbito, a Subcomissão louva a iniciativa da ESE de Setúbal ao promover, em colaboração com a Universidade do Algarve, o Curso de Mestrado em Educação de Infância com o objectivo expresso de “proporcionar a criação de quadros de elevado nível científico, capazes de participar na definição de políticas para a infância, na formação de futuros profissionais e na criação de ambientes educativos de excelência para crianças dos 0-6 anos” (p. 61).

A Subcomissão sugere que, à semelhança do que aconteceu informalmente nesta primeira edição, os Educadores Cooperantes venham a ser alvo de uma escolha preferencial (por exemplo, mediante a definição de cotas próprias) em edições futuras do Curso de Mestrado em Educação de Infância ou outros em que a ESE participe em temáticas afins.

## **7. Consciencialização da missão e função institucionais (incluindo os objectivos educacionais do curso)**

Através da leitura do *Relatório de Auto-Avaliação* e dos encontros realizados, no decorrer da Visita, com os diversos corpos de membros da Escola, a Subcomissão foi-se apercebendo, com agrado, do elevado e esclarecido grau de consciência da missão e da função institucionais e ainda dos objectivos do Curso de Educação de Infância, demonstrado pela “Equipa Pedagógica” (p. 183) e todos os que com ela de algum modo vêm colaborando.

O *Relatório de Auto-Avaliação* começa por referir-se ao Instituto Politécnico de Setúbal criado em 1979, a funcionar desde 1981, dotado de Estatutos desde 1995, a à sua “principal característica”: procurar “estimular o ‘saber profissional’, sem, no entanto, deixar de lado o ‘saber científico’, enquanto base segura para a formação de profissionais capazes de colocar as suas competências ao serviço da Comunidade”, acrescentando ainda que “para além da actividade de ensino e formação, o IPS tem também como objectivos a realização de actividades de pesquisa, investigação aplicada e desenvolvimento experimental, cooperação em projectos nacionais e estrangeiros e iniciativas de índole cultural” (p. 29).

Mais adiante, faz a apresentação da Escola Superior de Educação de Setúbal como “uma unidade orgânica” do IPS, nascida formalmente em 1985, dotada de Comissão Instaladora no mesmo ano, instalada no *Campus* do IPS desde 1992 e disposta de Estatutos a partir de 1996, e “desde o seu início concebida como uma instituição de formação em que os seus principais objectivos eram ‘formar Educadores de Infância e Professores do Ensino Primário e Preparatório (hoje designados por professores do 1º e 2º Ciclos do Ensino Básico)’ e ainda ‘desempenhar um papel importante no que concerne à formação em serviço e à actualização e reciclagem de docentes e profissionais da Educação’ (ESE, 1989/90)” (p. 40).

E acrescenta que “Neste contexto, a ESE é um estabelecimento de formação de nível superior vocacionado para o ensino, a investigação e a prestação de serviços à comunidade” (p. 40), “organiza-se em projectos” (p. 42), “projectos de âmbitos e temáticas diversificadas” que vêm explicitados nas pp. 43-46.

Já no que diz respeito ao seu funcionamento, o *Relatório de Auto-Avaliação*, mais à frente, enumera os “pontos fortes da ESE”:

- “A articulação conseguida no funcionamento dos Cursos entre a Teoria e a Prática [...]”;

- “A presença de docentes com experiência académica universitária e professores do Ensino Básico requisitados (situações por vezes sobrepostas) [...]”;
- “A importância reconhecida e as competências no domínio das TIC [...]”;
- “O relacionamento que se tem conseguido com a região [...]”;
- “O edifício da Escola [...]”;
- “A abertura institucional à inovação e empreendimento”;
- “O empenho da ESE na formação dos seus docentes”;
- “A participação dos professores equiparados a adjuntos no Conselho Científico e a eleição dos membros da Comissão Coordenadora, favorecendo a integração e o carácter democrático da Escola”;
- “O bom relacionamento entre a generalidade dos docentes [...]”;
- “A facilidade de contacto, a informalidade do relacionamento [...] com alunos e entre docentes”;
- “O empenho e vontade demonstrados pelos docentes, que permite encarar os problemas com optimismo [...]” (pp. 78-79).

E também os “pontos fracos da ESE”:

- “As limitações de espaço que impedem o pleno desenvolvimento das actividades [...]”;
- “As taxas de retenção relativamente elevadas em alguns cursos [...]”;
- “Algumas dificuldades de integração dos docentes das áreas técnicas especializadas [...]”;
- “O voluntarismo com que investe nas actividades se responde aos desafios [...]”;
- “A insuficiente divulgação das actividades da ESE [...]”;
- “A inexistência de um enquadramento logístico e informativo para a formação pós-graduada e para as actividades de investigação dos docentes”;
- “A redução da disponibilidade [...]”;
- “A carência da investigação fora do âmbito das teses de mestrado e doutoramento [...]”;
- “O reduzido aproveitamento do trabalho de pesquisa realizado pelos alunos [...]”;
- “A insuficiência das estruturas, metodologias e instrumentos de recolha da informação sobre o funcionamento da Escola [...]”;
- “O número e a composição dos órgãos de gestão colegiais que confirmam uma estrutura pesada desproporcionada relativamente à dimensão da Escola”;
- “O insuficiente desenvolvimento e deficiente generalização das relações com as demais Escolas do IPS [...]” (pp. 79-80).

Cita ainda, por um lado, “ameaças à actividade da ESE” (“redução do número de candidatos”, “diminuição da empregabilidade”, “quadros de pessoal” não aprovados ou não revistos, “o risco de erosão do espírito próprio do ensino politécnico em geral, e da ESE, em particular”) e, por outro lado, “oportunidades para a ESE” (“crescimento, se bem que ligeiro, da população”, “crescimento da população estudantil”, “alargamento do mercado de formação contínua”, “a extensão da rede de ensino pré-escolar”, “as necessidades de profissionais qualificados” e “de intérpretes de língua gestual nas escolas portuguesas”, “desenvolvimento do ensino à distância”, procura de “solução formativa que permita a atribuição do 12º ano e da licenciatura a um número considerável de professores”, “de actividades (e respectivos profissionais) ligadas ao desporto, recriação *out-door* e lazer”, e “de formação por parte de públicos que não os tradicionais” e “do consumo no domínio artístico e dos tempos livres” (pp. 81-82).

É neste contexto que o *Relatório de Auto-Avaliação* apresenta o Curso de Licenciatura em Educação de Infância.



A Subcomissão declara-se agradavelmente impressionada com o seu excelente funcionamento.

Existindo desde o início da ESE, o Curso de Educação de Infância passa a funcionar, desde 1998, ao nível de licenciatura (p. 85) e em ligação com o Curso de Licenciatura em Formação de Professores do 1º Ciclo do Ensino Básico (p. 87), adoptando uma metodologia de concepção curricular (pp. 96-97) na perspectiva da tradição histórica e das “novas exigências da educação pré-escolar, enquanto primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida” (p. 99), “orientada para diferentes campos de actuação dos educadores: creches, jardins de infância e contextos de educação não formal” (p. 100) e tendo em conta que “quanto mais pequenas forem as crianças, mais e melhores níveis [de] formação devem possuir os seus profissionais” (p. 101).

Nesta ordem de ideias, admite-se como postulado o princípio da articulação do conhecimento teórico-prático na “prática pedagógica como eixo integrador” (p. 90) ou “núcleo central” (p. 100) da formação, a marcar a sequência dos anos do Curso (pp. 100-104).

A Subcomissão reconhece a justeza deste modelo de funcionamento, o facto de a ligação ao Curso de Formação de Professores do 1º Ciclo não ter prejudicado a perspectiva da educação de infância enquanto processo, não de transmissão de conhecimentos subjacente ao ensino-aprendizagem, mas de criação de condições para que a criança se desenvolva em todas as suas dimensões e capacidades de maneira global e harmónica, nem ter prejudicado a visão do perfil profissional específico do aluno formando do Curso, que é, não professor que ensina, mas educador que educa.

A Subcomissão reconhece ainda que este resultado fica a dever-se à Coordenação do Curso. Mais concretamente:

- a) “por proposta do Conselho Directivo,
- b) sujeita a aprovação do Conselho Científico”,
- c) “o Curso de Licenciatura em Educação de Infância é coordenado por uma Professora Adjunta, docente da área da educação pré-escolar”,
- d) que “assegura, em equipa, o funcionamento do Curso” (p. 148), “equipa pedagógica, constituída por quatro profissionais docentes especialistas em educação de infância e pelo docente de Desenvolvimentos e Contextos Educativos e de Investigação Educacional” (p. 149);
- e) a Coordenadora, de acordo com as competências que lhe estão definidas (p. 148), “é também responsável pelo funcionamento, programação e avaliação das actividades de iniciação à prática pedagógica e dos estágios dos formandos” (p. 148), “pela realização de reuniões gerais de docentes” e “reuniões com os cooperantes de estágio” (p. 149) e, sendo o seu trabalho apenas “sujeito à aprovação do Conselho Directivo, ouvidos os Conselhos Pedagógico e Científico da Escola”, assegura o “desenvolvimento estratégico e autónomo do curso” (p. 148);
- f) “ A equipa pedagógica do curso desenvolveu com a coordenadora uma estrutura organizacional de certo modo descentralizada, com uma coesão interna significativa”, “reparte entre si as informações, reflecte (...) propõe alterações” (p. 149), “o clima de trabalho é pautado por relações de confiança mútua, de frontalidade e de transparência” em ordem a descobrir “vias de acção” ou “se formularem interações”, de tal modo que “a interrogação partilhada das aspirações dos elementos da equipa pedagógica aparece, então, como a pedra angular da constituição de uma comunidade de práticas” (p. 150);
- g) “salienta-se a relação estreita entre a equipa de coordenação, os elementos de pessoal docente e não docente e estudantes deste Curso” (p. 151);

h) “os formandos têm de escolher, em igualdade de circunstâncias, qualquer elemento desta equipa para obter um apoio personalizado” (p. 151);

i) “ a avaliação do curso é feita de um modo contínuo e com a intervenção dos diversos actores, formandos, educadores cooperantes, docentes e equipa de coordenação” (p. 150).

O resultado deste funcionamento aparece nas respostas dos questionários distribuídos aos estudantes. Consideram positivo, ou seja, nos níveis razoável/elevado:

- o seu relacionamento com os funcionários (77,4%), uns com os outros (82,3%) e com os docentes (93,2%) (p. 151) e o apoio recebido dos professores (95,1%) (Anexos, p. 501);

- a componente teórica do Curso (93,2%), a componente prática (80,4%), a articulação das componentes teórica e prática (85,3%), a articulação entre disciplinas (88,2%), a satisfação com o Curso (88,2%) e o funcionamento global do Curso (93,1%) (Anexos, pp. 500-502).

Em contraposição, alguns resultados dos questionários aos docentes levantam o problema da necessidade de continuar este esforço no sentido de dinamizar a aquisição desta mesma postura pedagógica por parte de todos os docentes que intervêm no funcionamento do Curso. Com efeito, juntando as percentagens de “nada” ou “pouco” e de “reduzida” ou “razoável”, aparece uma opinião negativa relativamente a:

- nível de conhecimento sobre outras disciplinas (66,7%), nível de conhecimento sobre actividades da Prática Pedagógica (61,9%), articulação entre as disciplinas do Curso (21,4% mais 31% que não respondem) (Anexos, pp. 478-479);

- participação em reuniões de trabalho no âmbito do Curso (33,3% mais 26,2% que não respondem) (Anexos, pp. 479 e 151);

- permuta de experiências com outras Instituições no âmbito do Curso (31% mais 40,5% que não respondem).

Sobre este défice de participação dos docentes, e depois de se interrogar sobre a possibilidade de o superar pela adopção de novas estratégias, “nomeadamente com o recurso à Internet” (p. 151), a Equipa Pedagógica menciona a “dificuldade sentida relativamente à partilha destes [seus] princípios com outros docentes do curso”, acrescenta que, entre outras causas, a dificuldade decorre da “tendência para um funcionamento, de certa forma isolado, do departamento” (p. 183) e que “está por construir uma cultura comum a todos os formadores” que não privilegie, “exclusivamente, as metodologias de ensino” (p. 184).

Perante esta, pelo menos aparente, contradição, a Subcomissão verificou ainda que, para além do levantamento sério e rigoroso dos pontos fortes e fracos da ESE e da inventariação esclarecida de ameaças e oportunidades que a afectam, a análise do *Relatório de Auto-Avaliação* detém-se sobre a organização interna da Escola, que é apresentada sumariamente no Vol. I, pp. 47-55, e esquematicamente no Vol. II, pp. 7-11: Assembleia dos Representantes; Conselho Directivo; Conselho Científico, “órgão colegial composto por todos os Professores Coordenadores e Adjuntos” (p. 48), com “competências na definição das políticas educativas da Escola, aprovar ou extinguir planos de estudo” (p. 49); Conselho Pedagógico, integrado “por professores, assistentes e alunos, em representação de todos os cursos da Escola. Cada Curso é representado por dois docentes e dois alunos. Compete a este órgão a coordenação pedagógica dos cursos”; Conselho Administrativo; Conselho Consultivo (p. 49).

Existem ainda “Departamentos” (nove) ou “estruturas de coordenação e orientação científica, técnica, pedagógica e/ou artística”, “Unidades de Formação” (três) ou “estruturas interdepartamentais de coordenação e orientação educativa” e Centros (dois)

(pp. 49-51) e, segundo consta dos Anexos (p. 8), nesta estrutura, todos os órgãos, excepto o Conselho Científico, dependem do Conselho Directivo; os Departamentos e Unidades de Formação também dependem do Conselho Científico, e as Unidades Funcionais e os Centros também dependem do Conselho Pedagógico.

No parágrafo 3.2.3.4, com o título “Algumas considerações sobre um modelo de organização interna e o clima de escola”, o *Relatório de Auto-Avaliação* informa que “este modelo organizativo da ESE” (p. 52) é “hoje objecto de balanço”, acrescentando que “a análise das entrevistas [não se esclarece o sentido da frase] permite antever três grandes tendências” na sua caracterização: a predominante que o considera “modelo pesado”, outra que “defende a existência dos departamentos considerando, no entanto, que deveriam ser mais flexíveis e permeáveis às iniciativas individuais e inovadoras” e ainda outra “que defende a ideia de que as coordenações dos cursos deveriam ser transversais aos departamentos e, portanto, deslocalizadas destes” (p. 53).

Pela sua parte, o Relatório submete o modelo organizativo a uma crítica cerrada:

1- “levanta um conjunto de questões diferenciadas em relação ao seu funcionamento e à sua adequação aos contextos de mudança que atravessam o mundo da educação, da formação, das organizações educativas e do exercício da profissão” (p. 52), conduzindo a que no “estilo de gestão que se procurou desenvolver nos últimos anos, é ainda frequente a resposta casuística a problemas ou a desafios momentâneos, de carácter avulso” (p. 55).

2 – “a estrutura pesada dos órgãos de gestão da escola, o seu número, a diversidade e a dimensão das actividades desenvolvidas, a quantidade das actividades lectivas dificultam a participação activa nestes órgãos dificultando, por vezes, o seu funcionamento regular “ (p. 55) e constituindo “um factor que contribui para o esvaziamento dos mesmos” (p. 53).

3 – “Sobre a questão da participação individual na vida da instituição, encontramos um cenário pouco animador cujos adjectivos mais referenciados a classificam como fraca, pouco empenhada, hipócrita, apática, amorfa, ineficaz e desorganizada” (p. 54).

4 – Assim, “esta fase da vida da ESE é pautada por alguma angústia”, pela “incerteza vinda do exterior”, “alguma incapacidade de projecção de futuros possíveis” e por “algum voluntarismo que contraria a necessidade de um desenvolvimento sustentável que exige um esforço de planeamento com uma adequada gestão de recursos” (p. 55).

5 – “Coloca-se assim com premência a necessidade de repensar o modelo de organização, da revisão dos Estatutos da ESE e do IPS”, da “reanimação dos órgãos colegiais”, “favorável à discussão e resolução de problemas e à construção de um projecto IPS com as escolas” (p. 55).

Perante estas críticas do *Relatório de Auto-Avaliação* ao funcionamento da estrutura da ESE, a Subcomissão procurou esclarecer-se sobre o tipo de inserção da organização e funcionamento do Curso naquela estrutura, a começar pela figura do Departamento, e verificou que:

- existe uma distribuição dos docentes da ESE pelos Departamentos em números (Anexos, p. 482);
- não existe, em qualquer lista, distribuição por nomes (ex: Anexos, pp. 278-281);
- inesperado é que, nas fichas de docentes, bem elaboradas (com dez referências), também nada consta sobre a pertença do docente a um Departamento, a não ser acidentalmente ao mencionar alguma actividade na rubrica 2 em “outras actividades” (Anexos, pp. 282-411).

A consulta feita aos Estatutos da ESE (que não constavam do Vol. de Anexos mas lhe foram fornecidos durante a Visita) confirmou a análise do *Relatório de Auto-Avaliação*. Entretanto, no decorrer das Reuniões da Visita, os Responsáveis da Escola informaram

que a revisão estatutária está decidida e aguarda apenas pela oportunidade de ser feita em articulação com as outras escolas do IPS, logo a seguir à anunciada Reforma do Sistema Educativo.

A Subcomissão sente-se no dever de prestar um louvor à Equipa Pedagógica, congratula-se com o êxito obtido no funcionamento do Curso, focado no Relatório e confirmado nas reuniões pelo entusiasmo e elevado nível de auto-estima dos alunos, com a sua capacidade em detectar a raiz dos problemas e em concitar o apoio dos Responsáveis, que tiveram o mérito de designar e apoiar esta equipa e tomaram a decisão de, oportunamente, promover o aprofundamento da reflexão sobre a estrutura organizativa, ao nível estatutário, da Escola, em ordem a criar as condições para o desenvolvimento estratégico e sustentado da Instituição e dos seus Cursos.

## **8. Metodologia da conceptualização e organização da estrutura curricular do Curso**

O *Relatório de Auto-Avaliação* torna explícito que o actual currículo da Licenciatura em Educação de Infância, que teve o seu início em 1998, “surge no contexto do movimento de reforma do Sistema Educativo (...) que, no caso dos professores do 1º ciclo e dos educadores de infância, estabelece a obtenção do grau de licenciatura como certificação necessária para o exercício profissional” (p. 85). Também é mencionado que “no caso dos Educadores de Infância e da Educação pré-escolar, a obtenção do grau de licenciatura, se insere num conjunto mais vasto de medidas de orientação educativa para o sector, no sentido da sua regulamentação e enquadramento sócio-jurídico e pedagógico. As medidas adoptadas pretendem promover a expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar enquanto serviço público, situação diagnosticada como urgente face à realidade da educação de infância em Portugal, destacando-se entre outros aspectos, a reduzida taxa de frequência das crianças, a diversidade sócio-pedagógica e sócio-jurídica das instituições, a desigualdade das condições sócio-profissionais dos educadores, as finalidades assistenciais em detrimento das educativas” (pp. 86-87).

Existe ainda um aspecto que o *Relatório de Auto-Avaliação* refere e que vai ter muito peso na reformulação dos currículos, que sublinhamos: “a institucionalização e desenvolvimento de programas e medidas neste ‘nível educativo’ adquire uma maior actualidade e contornos particulares em Portugal, insere-se num movimento mais amplo, internacional, que problematiza, na última década, a consolidação da Educação da Infância como resposta sócio-educativa imprescindível para o desenvolvimento e aprendizagem de todas as crianças”. O Relatório menciona estudos que “salientam alguns dos desafios e constrangimentos que se colocam hoje a este ‘nível educativo’ e aos seus profissionais, nomeadamente no que respeita à consolidação da sua estrutura institucional, construção e desenvolvimento de currículos de qualidade, intervenção pedagógica e profissionalismo docente” (p. 87). Assim, aos educadores “é exigida, a mobilização de saberes em acção em contextos educativos diversificados, para a elaboração, gestão e desenvolvimento de currículos em educação de infância, incidindo-se na importância de uma formação que lhes permita o desenvolvimento de actos educativos mais adequados às necessidades de todas as crianças, com base numa fundamentação mais consistente da sua actividade” (p. 88).

O mesmo *Relatório de Auto-Avaliação* faz alusão ao currículo delineado em 1986, justificando que existem princípios orientadores desse currículo que “pela sua pertinência e actualidade se mantém como pilares de base para a proposta do actual currículo” (p. 88). Identifica ainda aquilo a que chama de “legado histórico”, que é uma

“lista” de capacidades, conhecimentos e atitudes consideradas desejáveis para os profissionais a formar na ESES e que também existe desde o primeiro currículo, a que se deu o nome de “Perfil do Educador de Infância” (p. 88).

Esta Subcomissão anota como muito importante a constatação de que o Curso sofreu, ao longo de doze anos de existência, alterações decorrentes da sua “avaliação sistemática”. No entanto, “a organização da prática pedagógica, apesar de algumas alterações conjunturais no que respeita aos seus pressupostos e objectivos gerais, mantém o seu figurino inicial: aposta na oferta da diversidade de contextos de prática pedagógica, preparando os futuros educadores para múltiplas realidades sócio-educativas, de natureza formal e informal (p. 89).

Esta Subcomissão ressalta ainda como do maior interesse a forma como é justificada a criação do tronco comum com os Professores do 1ºCiclo, que assume a coerência com os princípios anteriormente enunciados, ou seja “conduziram à necessidade da criação de um tronco comum a todos os cursos existentes, (...) a importância de apostar no desenvolvimento de saberes teórico-práticos dos formandos, imprescindíveis para o seu futuro desempenho profissional, qualquer que seja o seu domínio de intervenção” (p. 90). Regozija-se assim esta Subcomissão com a forma como está constituído o actual plano de estudos que “respeita o princípio de articulação das componentes de prática pedagógica e a problematização reflexiva das situações vividas como base para a definição de conteúdos e metodologias de trabalho em algumas disciplinas” (p. 92).

Ainda no âmbito do currículo, foi muito importante para esta Subcomissão ter constatado que, tanto a criação dos planos de estudo do Curso de Complementos de Formação como os do Mestrado em Educação de Infância, decorreram da mesma filosofia e princípios anteriormente enunciados para a licenciatura dos educadores e compreendidos como extensão e aprofundamento desta, mantendo ainda o Mestrado uma particularidade de importância vital para a situação das crianças dos 0 aos 3 anos em Portugal, por isso se louva e enaltece esta iniciativa como pioneira no nosso País.

Quanto à base conceptual do currículo, afirma esta Subcomissão que é muito estimulante notar como a base dos conhecimentos gerais e dos conhecimentos profissionais na operacionalização do currículo se entrecruzam de uma forma harmónica, tal como é exigido hoje, a nível nacional e internacional, a partir de dados de investigação que se possuem. Esta Subcomissão não pode deixar de ressaltar como muito importante e extremamente certo aquilo que é afirmado como fazendo parte e sendo a estrutura de suporte do actual currículo da ESE de Setúbal: “a centralidade das práticas pedagógicas e dos contextos de trabalho, a articulação entre a teoria e a prática, a interdisciplinaridade e a capacidade reflexiva, como elementos estruturantes para o desenvolvimento de competências e saberes profissionais necessários para o desempenho profissional” (p. 96). Assim sendo, o currículo está “organizado de acordo com o previsto no nº 1 do artigo 31 da LBSE, englobando as componentes de formação cultural, social e ética, formação educacional, iniciação à prática profissional e formação na especialidade das áreas da docência, componentes a que obedecem, de uma forma geral, a organização dos cursos de formação de professores e educadores” (p. 106).

Foi indicado, pelos alunos, a esta Subcomissão, a necessidade de serem ministrados os módulos de Saúde e Primeira Infância antes da Prática Pedagógica do 2º ano. Deverá a Coordenação do Curso discernir da pertinência desta sugestão.

Como suporte à disciplina de Ética e Deontologia Profissional, sugere esta Subcomissão que seja ponderada a hipótese de se inserir no currículo uma disciplina de Filosofia de Educação.

Foi ainda tornada clara a esta Subcomissão a preocupação que o corpo docente do Curso tem em formar os alunos para a construção de “parcerias efectivas com as família das crianças e para o trabalho com as comunidades da sua proveniência”. Assim, ficou esclarecida a preocupação que este corpo docente tem com a formação ao longo da vida.

## **9. Prática de investigação associada ao curso**

O *Relatório de Auto-Avaliação* enumera, em diferentes momentos, diversos projectos de intervenção, de formação e de investigação levados a cabo pelos docentes da Escola, assim como algumas publicações suas (pp. 43-45, 67-68, 136-137 e 139-140 do Relatório e pp. 414-415 do Anexo).

Contudo, o Relatório afirma que existe “carência de investigação fora do âmbito das teses de mestrado e doutoramento, resultando em níveis reduzidos de publicação de artigos e de apresentação de comunicações ou a falta de conhecimento e de integração institucional destas actividades”. Aliás, como foi referido durante a Visita, este facto deve-se à grande participação dos docentes em projectos de intervenção e formação em África, ao mesmo tempo que a consciência da necessidade de investigação veio a ser determinante para a criação do Curso de Mestrado em Educação de Infância conjuntamente com a Universidade do Algarve.

A Subcomissão sugere que seja precisamente aproveitado o momento de definição dos temas de dissertação do Curso de Mestrado em Educação de Infância (a par de outros projectos em curso para a obtenção de graus académicos por parte do corpo docente), para a definição de uma estratégia de investigação e sua concretização em projectos na linha da tradição e dos interesses actuais do corpo de investigadores da Escola, constituindo o suporte da docência e do serviço à comunidade no âmbito da Educação da Infância.

## **10. Realização do Curso (ponderando, entre outros aspectos, os mecanismos da sua coordenação, os métodos de ensino e aprendizagem, o regime de frequência e avaliação, etc.)**

Quanto à realização do Curso, o *Relatório de Auto-Avaliação* explicita que, após inquérito feito aos docentes, 42,9% consideram a adequação da estrutura do Curso face aos objectivos do mesmo como sendo razoável e 23% elevada. Já quanto às disciplinas do Curso, 60% consideram cada disciplina adequada ao mesmo Curso. No que se refere à dimensão da carga horária do Curso, do ponto de vista dos diplomados, 72,6% dos que responderam ao questionário consideram-na razoável. Ainda no que respeita à adequação do plano de estudos aos seus objectivos, 76,5% dos que responderam ao questionário também o consideram razoável.

Esta Subcomissão interessou-se por ressaltar em particular como muito importantes os dispositivos de intervenção dos docentes a que o *Relatório de Auto-Avaliação* chamou de “dispositivos (...) e procedimentos de intervenção dos docentes que têm por objectivo facilitar a implicação dos formandos no seu próprio processo de formação, corresponder aos interesses dos estudantes e proporcionar uma formação mais adequada às suas necessidades enquanto pessoas, cidadãos activos, responsáveis e intervenientes, e respeitadores das crianças e das suas famílias, nos diversos contextos em que a acção se desenvolve” (pp. 112-114). Estes dispositivos são: trabalhos em pequeno grupo com exposição em grande grupo e trabalhos pessoais, trabalhos de projecto, reflexão sobre o estágio, sessões de reflexão conjunta com educadores cooperantes e de outros profissionais de educação sobre temas da actualidade e informação teórico-prática, e

ainda a participação em conferências, seminários, visitas, fóruns de discussão, mesas redondas e congressos, *ateliers* de produção de materiais, sessões de trabalho autónomo e apoio tutorial.

Esta Subcomissão, através do *Relatório de Auto-Avaliação*, constatou a consciência que os estudantes têm acerca dos dispositivos adoptados no Curso relacionados com o futuro exercício profissional. Assim, 33% consideram-no razoável e 56,9% elevado. No que se refere ao contributo do Curso para a formação profissional, 16,7% referem ser razoável e 73,5% consideram-no elevado. É extremamente satisfatório constatar que 95,3% dos alunos classificam de razoável a elevado a qualificação da articulação das dimensões teórica e prática do Curso. É extremamente satisfatória e elevada (70%) a forma como os alunos avaliam o interesse pelas aulas; os mesmos valores (70%) se verificam quando os alunos explicitam a forma como os professores organizam e planificam as aulas; valores iguais (70%) são atribuídos pelos alunos ao apoio prestado pelos professores às necessidades dos alunos (pp. 123-124).

Também os professores avaliam como positivo o facto de disporem de material didáctico adequado às necessidades do Curso, o mesmo se podendo dizer, ainda com valores mais elevados, para a articulação entre as disciplinas do Curso (42,9%).

Dos antigos alunos também foi recolhido um testemunho importante. Na opinião destes, o Curso cuida e prepara bem, no currículo, a “pessoa” para o seu futuro profissional.

Para esta Subcomissão, é muito importante constatar que a Coordenação do Curso se encontra apoiada e revela grande dinamismo para, anualmente, convocar os professores por ano de Curso e, assim, “efectuar um trabalho em equipe, coordenar os programas das diferentes disciplinas e coordenar os diferentes pedidos de avaliação relativamente aos seus objectivos, procedimentos e calendarização de forma a, coerentemente, contribuírem para o Perfil do Profissional a formar” (p. 125).

No que se refere aos procedimentos de avaliação dentro do Curso e por disciplina, esta Subcomissão congratula-se com a forma como são enunciados estes procedimentos, a ponto de ser tornado explícito que “a maioria destes instrumentos ou estratégias de avaliação implicam um procedimento que, de uma forma mais ou menos directa, e de acordo com as diferentes componentes do curso, privilegiam a aquisição e desenvolvimento de competências imprescindíveis para o futuro desempenho profissional dos educadores de infância” (p. 132). Na opinião dos estudantes do Curso, a avaliação praticada é para 52,9% razoável e para 34,3% elevada (pp. 133-134), tornando-se assim numa apreciação extremamente positiva. Mas o *Relatório de Auto-Avaliação* faz ainda ressaltar que “os estudantes apreciam positivamente a avaliação praticada no curso, nomeadamente no que respeita à diversificação dos instrumentos de avaliação, que ultrapassa um mero mecanismo burocrático de atribuição de uma classificação” (p. 134), entendendo-a como uma forma de enriquecimento formativo.

## **11. Qualidade dos indicadores relativos aos ingressos no Curso (designadamente a “respectiva procura”, a “percentagem de ingressos em relação às vagas disponíveis”, os “ingressos em primeira opção” e as “classificações de ingresso”)**

O *Relatório de Auto-Avaliação*, no Volume II Anexos (p. 429), informa que, em 1999/2000, a ESE de Setúbal teve 810 candidatas para 30 vagas, no ano seguinte, 633 para 31 vagas, e no ano passado 719 para 30 vagas, o que revela uma excelente procura do Curso dentro do distrito.

Em primeira opção acabaram por ingressar sensivelmente metade dos alunos da turma em cada ano lectivo. O *Relatório de Auto-Avaliação* refere que as classificações de ingresso no Curso nestes últimos três anos foram as seguintes: 141.4 em 2000; 141.9 em 2001 e 145.6 em 2002, evidenciando assim uma melhoria de média nos ingressos no Curso ao longo dos últimos anos, igual a 142.9.

## **12. Sucesso educativo obtido e mecanismos adoptados para a sua melhoria**

Esta Subcomissão pôde constatar, pelo Volume II do *Relatório de Auto-Avaliação*, que os alunos formados neste Curso tiveram um bom desempenho, pois as suas classificações finais situam-se entre os 14 e os 15 valores respectivamente. Nos quatro últimos anos, uma percentagem muito elevada de alunos terminou o Curso, o que nos dá a medida do sucesso educativo do mesmo.

Esta Subcomissão aponta a avaliação contínua como a melhor estratégia para a melhoria do sucesso educativo do Curso. Uma outra estratégia que se tornou evidente para esta Subcomissão é a “parceria” efectiva que tem vindo a ser criada entre professores do Curso e Educadores Cooperantes. Estes últimos, pelo testemunho recolhido junto dos alunos e também na “Hora Aberta”, parecem ser profissionais empenhados na formação dos alunos deste Curso.

## **13. Inserção profissional de diplomados (incluindo o apoio institucional prestado e o posterior acompanhamento)**

O *Relatório de Auto-Avaliação* informa que a Equipa de Auto-Avaliação enviou um questionário aos profissionais formados pela Escola, tendo obtido resposta a este questionário por parte de 124 profissionais, representando estes 47% do total dos licenciados pela Instituição neste Curso. Esta percentagem de respostas é bastante significativa, o que torna os resultados importantes. Assim, 69,4% dos que responderam escolheram o Curso de Educação de Infância em primeira opção na candidatura ao Ensino Superior. “A maioria destes diplomados (63,7%) exerce a sua actividade profissional no Distrito de Setúbal”. Grande percentagem destes profissionais (53,2%) exerce a sua profissão em Jardins de Infância, 29,8% em creches e os restantes em outro tipo de Instituições dedicadas também à infância.

No que se refere “à avaliação da inserção profissional dos diplomados, emerge uma imagem nitidamente favorável ao curso” (p. 170). As razões apontadas são as seguintes: em primeiro lugar, a adequação da formação, “decorrente da estreita ligação das componentes teórica e prática, assim como a preparação dos diplomados para exercerem a sua profissão em contextos diversificados” (p. 170). O facto de a ESE de Setúbal ter vindo a estabelecer parcerias com outras Instituições, nomeadamente estrangeiras, tem também contribuído para a sua credibilidade e reconhecimento social.

O *Relatório de Auto-Avaliação* é omissivo no que se refere a estratégias de posterior acompanhamento dos seus alunos. Porém, na “Hora aberta”, foi-nos dado contactar com Educadores Cooperantes e antigas alunas que testemunharam da disponibilidade dos seus professores para ajudar em qualquer circunstância. O mesmo se passou ao falarem do processo de formação contínua ao receberem estagiárias da ESE de Setúbal. Apesar destes testemunhos, esta Subcomissão questiona o corpo docente do Curso acerca da necessidade de se criar um dispositivo formal de acompanhamento do percurso profissional dos seus diplomados, dispositivo esse que poderá ajudar a elevar, no distrito, os níveis de qualidade das Instituições que prestam serviço de atendimento à infância.



## **14. Relações externas e internacionalização**

A Subcomissão constatou que a ESE estabeleceu protocolos com Instituições diversas na região com vista à melhor formação dos seus diplomados. Também quanto ao prosseguimento de estudos destes últimos e dos seus docentes, a ESE estabeleceu protocolos e parcerias nacionais e internacionais (p. 141).

A Subcomissão pôde verificar que, quanto ao programa ERASMUS, está em curso “a reestruturação dos serviços de apoio ao referido programa de forma a contribuir, por um lado, para o seu relançamento na Escola e, por outro, para a melhoria da integração dos estudantes que a ESE recebe, assim como dos [seus] estudantes que visitam instituições estrangeiras” (p. 69).

De acordo com o *Relatório de Auto-Avaliação*, “quer os projectos, quer a produção científica desenvolvem-se [...] num quadro de relações internacionais” (p. 46). O Relatório apresenta também um quadro dos docentes envolvidos em projectos e programas com diferentes parcerias, assumindo a liderança em três deles (p. 67).

A Subcomissão tomou ainda conhecimento dos projectos de cooperação da ESE com Escolas do distrito (p. 76), com outras Instituições, nomeadamente com outros estabelecimentos de Ensino Superior europeus (nos quais se destacam os protocolos com a Universidade do Algarve, Universidade Autónoma de Barcelona e Universidade de Glasgow para a implementação do Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Educação de Infância) (p. 141) e com Países de expressão portuguesa (p. 164).

A Subcomissão sugere que estas oportunidades de diálogo sejam rentabilizadas no sentido de uma cada vez maior clarificação do perfil do Educador de Infância a formar pela ESE.

## **15. Recursos financeiros envolvidos (incluindo o conhecimento dos indicadores essenciais, a disponibilidade de recursos e a diversidade das fontes de financiamento)**

No Vol. II, Anexo 6.7 – “Situação Orçamental da Escola”, constam:

- a) o “Orçamento de despesas da ESE Setúbal de 1997 a 2001” (pp. 46-47);
- b) os orçamentos referentes ao ano 2001, quer na parte do OGE, quer na parte das Receitas Próprias da Escola;
- c) acrescenta-se depois a “Percentagem de despesa por tipo de rubrica e por fonte de financiamento”;
- d) as despesas globais por tipo de rubrica correspondem a Pessoal (82%), Funcionamento (15%) e Capital (3%);
- e) as despesas correspondentes à fonte de Receitas Próprias repartem-se por Pessoal (8%), Despesas Correntes (61%) e Capital (29%).

No contexto dos actuais condicionamentos e das possibilidades abertas pela autonomia financeira, sugere-se a atenção possível ao sector de Receitas Próprias e a sua afectação prioritária a despesas correntes e de capital ligadas ao suporte do desenvolvimento das actividades da investigação e dos Cursos.

Sugere-se ainda começar a prestar atenção à estimativa de custos de formação/aluno neste Curso.

## **16. Cultura ambiental de qualidade (incluindo a existência de estruturas formais ou informais de incentivo e melhoria)**

Ao longo das páginas do *Relatório de Auto-Avaliação* e dos seus Anexos, transparece de modo claro o enraizamento de uma cultura ambiental de qualidade na ESE de Setúbal e particularmente no Curso de Licenciatura em Educação de Infância.

Tal progresso é demonstrado particularmente através de tópicos como os que a seguir se enumeram.

- a) a qualidade do *Relatório de Auto-Avaliação*;
- b) a sua elaboração em simultâneo e em articulação com o Relatório da Licenciatura de Professores do 1º Ciclo;
- c) o aproveitamento da experiência de processos de avaliação anteriormente realizados em outros Cursos;
- d) o propósito de aproveitar o processo de avaliação para reunir um conjunto de recomendações sobre “a realização e gestão da Licenciatura em Educação de Infância”;
- e) a ampla documentação reunida;
- f) o rigor posto no lançamento dos questionários a docentes, alunos e diplomados, e ainda no tratamento dos dados e na exploração dos resultados;
- g) a adopção de uma metodologia de conceptualização e organização da estrutura curricular do Curso de Educadores de Infância a partir das “novas exigências da educação pré-escolar enquanto primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida” (p. 99);
- h) o reconhecimento da necessidade de orientar a formação para “diferentes campos de actuação dos educadores: creches, jardins de infância e contextos de educação não formal” (p. 100);
- i) a consciência do facto de que “quanto mais pequenas forem as crianças, mais e melhores níveis [de] formação devem possuir os seus profissionais” (p. 101);
- j) o esforço em equilibrar a força da lógica disciplinar com a força da lógica de coordenação interdisciplinar através da sua polarização na Prática Pedagógica entendida como eixo estratégico da formação;
- k) a capacidade, dedicação e metodologia de trabalho demonstradas pela Coordenadora e por toda a equipa na condução do Curso em ligação estreita com docentes, alunos e funcionários;
- l) o desejo de envolver nesta postura científico-pedagógica todos os docentes do Curso;
- m) a consciência da necessidade de estimular, neste sentido, a investigação associada ao Curso;
- n) a preocupação em que os meios físicos (instalações e equipamentos) e financeiros correspondam a este desafio;
- o) a exploração consciente da influência benéfica do edifício e da sua envolvente na criação de um clima de procura de excelência;
- p) a capacidade de individualizar as partes caducas da estrutura estatutária da Escola e apontar para a sua revitalização;
- q) a contribuição para a criação e rodagem, no Curso e na Escola, de mecanismos de avaliação sistemática e contínua.

A Subcomissão congratula-se vivamente com esta cultura de qualidade já existente no Curso e na Escola e, na linha exacta das preocupações dos seus Responsáveis, recomenda a melhor atenção para os pontos seguintes:

a) no âmbito do Campo de Avaliação nº 7 e no sentido de fornecer uma base sólida à consciência de missão existente na Instituição e no Curso, promover uma ampla e profunda reflexão sobre a estrutura estatutária (órgãos de gestão e unidades de carácter científico e/ou científico-pedagógico) e a sua eventualmente necessária revitalização (pp. 54-55);

b) no âmbito do Campo de Avaliação nº 8 e em ordem a assegurar a continuidade do processo de conceptualização, organização, operacionalização e gestão do Curso nas condições actuais, assegurar que o entusiasmo, dedicação e entrega dos docentes responsáveis, acaso aliados à conjuntura desfavorável actual de contenção de recursos financeiros, não venha a prejudicar a adopção da estratégia e dinâmica de valorização dos recursos humanos nas áreas científicas adequadas à especificidade do Curso, e de obtenção dos graus académicos de mestre e doutor por alguns portadores da licenciatura por ele conferidas;

c) no âmbito do Campo de Avaliação nº 9, tendo em conta a constatação repetida no *Relatório de Auto-Avaliação* de “carência de investigação” (p. 80) e de inexistência de um enquadramento logístico e informativo para a formação pós-graduada e para as actividades de investigação dos docentes (p. 79), entretanto atenuada pela entrada em funcionamento do Mestrado em Educação de Infância (Reuniões da Visita e Anexos, pp. 480-481), e a partir do enorme potencial acumulado em termos de experiência, de reflexão da Prática Pedagógica do Curso de Educação de Infância, estudar a possibilidade e urgência de organização da pesquisa num Centro de Investigação da Escola (segundo o modelo reconhecido pelo Ministério da Tutela) que associe, ao redor das linhas de investigação existentes (eventualmente uma por cada Curso), o núcleo duro do corpo docente e, através de uma publicação periódica e séries de publicações não periódicas, dê à ESE de Setúbal a visibilidade que merece na contribuição para o enriquecimento da nossa comunidade científica.

Com estas recomendações, a Subcomissão visa associar-se ao esforço que vem sendo realizado pela Escola em desenvolver o seu Curso de Licenciatura em Educação de Infância com vista a procurar atingir os mais elevados padrões de qualidade.

## SÍNTESE FINAL

A Subcomissão Externa de Avaliação D.3 emitiu sobre o *Curso de Educadores de Infância da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal* um juízo global muito positivo.

Da análise concreta que sobre ele foi levada a cabo, sintetizam-se agora alguns pontos que foram considerados mais significativos, com a finalidade pedagógica que enforma todo o processo de avaliação e em ordem a contribuir para estimular uma cultura de qualidade e de avaliação permanente.

### Pontos Fortes

- Consciência profunda da missão e função institucionais no que se refere aos objectivos do Curso, entendendo a Educação de Infância como “primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida”, acrescentando que “quanto mais pequenas forem as crianças, mais e melhores níveis [de] formação devem possuir os seus profissionais”.
- Cultura ambiental de qualidade do Curso que transparece na maneira como os participantes no Curso reagem aos contextos e fases do processo de avaliação, com especial referência à estratégia e dinâmica adoptadas pela Equipa Coordenadora e pelo núcleo de docentes da área científica específica do Curso, apoiados pelos órgãos de gestão científica e pedagógica, na criação de mecanismos de avaliação global, sistemática e permanente.
- O edifício da Escola, um valor patrimonial por si só, constituindo um instrumento pedagógico privilegiado mas também um “factor de atracção, de definição identitária e de divulgação alargada da escola” (p. 78).

### Pontos Satisfatórios

- Corpo docente estável e coeso, incluindo um núcleo forte e qualificado de diplomados na área científica do Curso, que tem revelado entusiasmo, dedicação e entrega em projectos educacionais no País e em África, mas a carecer da urgente adopção de uma estratégia e dinâmica que crie as melhores condições para maior valorização académica na área científica em geral e na específica do Curso em particular, por parte de portadores da graduação por ele conferida.
- Funcionamento excelente do Curso, pela acção um tanto informal da Equipa de Coordenação que, apoiada pelos órgãos institucionais, tem conseguido dinamizar todos os corpos de membros da Escola e ainda os Educadores Cooperantes e estabelece uma óptima relação com os alunos, e contrabalançar o peso da lógica disciplinar com o peso da lógica interdisciplinar polarizado pelo eixo estratégico teoria-prática em função do perfil de profissional a formar, mas a exigir o suporte formal da estrutura organizacional da Escola, que, para isso, terá de sofrer revisão, como, aliás, já se encontra previsto nos planos dos órgãos responsáveis.

## **Pontos Fracos**

- “A carência de investigação fora do âmbito das teses de mestrado e doutoramento” (p. 80) e “a inexistência de um enquadramento logístico e informativo para a formação pós-graduada e para as actividades de investigação dos docentes” (p. 79).
- “Limitações de espaço que impedem o pleno desenvolvimento das actividades” (p. 79) e alguma dificuldade em articular o grande incremento do “acesso à Internet e software disponível” (p. 143) “com um esforço de formação e reorganização dos serviços” e em “resultado de um diagnóstico permanente de necessidades” (pp. 74-75).

Lisboa, 10 de Julho de 2003

O Vice-Presidente da Subcomissão D.3

---

As Vogais da Subcomissão D.3

---

---

O Presidente da Comissão de Avaliação Externa - Área de Educação

---